

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.103 - TO (2019/0005036-8)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : BANCO VOLKSWAGEN S.A.  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - RJ119910  
NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP - RJ155144  
MARCO ANTONIO GOULART LANES - BA041977  
KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - RJ206853  
**RECORRIDO** : ESTADO DO TOCANTINS  
**PROCURADOR** : MURILO FRANCISCO CENTENO E OUTRO(S) - TO004099B

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BANCO VOLKSWAGEN S.A., contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO - PROCON - APLICAÇÃO DE MULTA - POSSIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO - LEGALIDADE DA PENALIDADE IMPOSTA - QUANTUM DA MULTA - RAZOABILIDADE. RITO ADMINISTRATIVO SEM MÁCULAS - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA INCÓLUME - RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.

1 - O autor, ora apelante, buscou através da Ação epigrafada obter a nulidade do ato administrativo e a desconstituição da multa que lhe foi aplicada pelo PROCON - Núcleo Regional de Gurupi/TO, no Processo Administrativo nº 0410.005.914-8.

2 - A condição de prestador de serviços do recorrente lhe impõe o dever de zelar pela perfeita qualidade do serviço prestado, incluindo, neste contexto, o dever de informação, proteção e boa-fé objetiva para o consumidor (artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor).

3 - O PROCON é competente para analisar e julgar, na esfera administrativa, a possível abusividade das cláusulas contratuais estipuladas entre consumidores e fornecedores na relação de consumo. Não há falar em anulação da multa imposta, uma vez que o proceder do PROCON/TO se coaduna perfeitamente com o ordenamento legal.

4 - A multa aplicada ao apelante não representa qualquer ilegalidade, tampouco é verossímil a alegação de nulidade do Processo Administrativo que, ao oportunizar a apresentação de defesa, obedeceu aos princípios do contraditório e da ampla defesa. A decisão que impôs a multa foi proferida com fundamentação relevante e dentro dos parâmetros legais, não havendo, assim, nenhum vício a ensejar a desconstituição da penalidade

administrativa aplicada.

5 - O quantum de multa fixado, não se mostra excessivo, e na fixação do valor da multa, foram devidamente observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. O valor da multa revela-se coerente com a gravidade da prática infrativa e com a condição econômica do infrator, por representar, de forma razoável e proporcional ao dano causado ao consumidor.

6- Recurso de apelação cível conhecido e negado provimento para manter incólume a sentença rechaçada" (fls. 266/267e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 296/298e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO - PROCON - APLICAÇÃO DE MULTA - POSSIBILIDADE - RECURSO DE APELAÇÃO DO BANCO CONHECIDO E IMPROVIDO - ACÓRDÃO QUE, POR DECISÃO UNÂNIME, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DO BANCO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - OMISSÃO NA ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS - PROVAS E FUNDAMENTOS DEVIDAMENTE ANALISADOS - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1- Destaco que a via aclaratória deve ser utilizada apenas para corrigir imperfeições que, porventura, possam se verificar e que torne de difícil compreensão o conteúdo do decisório. Pondero também que o acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a presença de pelo menos um dos pressupostos elencados de forma taxativa no artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, ainda que para a finalidade prequestionatória. Destaco que os embargos de declaração não constituem meio idôneo para rediscussão da matéria decidida na r. decisão, eis que não são sucedâneo recursal.

2- Observo que o embargante pretende, por meio dos presentes embargos, obter o reexame da causa para alterar o julgado, cujo resultado lhe foi desfavorável, sob a argumentação de existência de possível omissão e contradição da decisão colegiada, o que de fato não ocorreu.

3- Na espécie, não se constata a ocorrência de qualquer omissão ou contradição. O acórdão embargado pronunciou-se sobre o que deveria pronunciar-se e o acerto ou desacerto do entendimento ali esposado não pode ser discutido nos estreitos limites dos embargos

declaratórios, mesmo porque, como já decidiu o Colendo Supremo Tribunal Federal, os embargos de declaração têm pressupostos certos, não se prestando a corrigir 'error in iudicando' (RTJ 176/707).

4 - Não havendo omissão e contradição apontada pelo embargante, restando claro que o inconformismo refere-se à fundamentação da decisão que não lhe foi favorável, deve-se negar provimento aos embargos.

5- Embargos declaratórios conhecidos e rejeitados" (fls. 310/311e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015, sustentando haver omissão no acórdão acerca da legalidade da cobrança da tarifa de cadastro contratualmente prevista, bem como indica "confusão cometida pelo órgão, que chamou a tarifa de cadastro, legalmente prevista, de taxa de abertura de crédito" (fl. 342e).

Por fim, requer a anulação do acórdão recorrido, a fim de que seja sanada a omissão apontada.

Contrarrazões a fls. 355/363e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 365/367e).

A irresignação merece prosperar.

O provimento do Recurso Especial por contrariedade ao art. 1.022, II, do CPC/2015 pressupõe que sejam demonstrados, fundamentadamente, os seguintes motivos: **(a)** que a questão supostamente omitida tenha sido invocada na Apelação, no Agravo ou nas contrarrazões a estes recursos, ou, ainda, que se cuide de matéria de ordem pública a ser examinada de ofício, a qualquer tempo, pelas instâncias ordinárias; **(b)** a oposição de Aclaratórios para indicar à Corte local a necessidade de sanar a omissão em relação ao ponto; **(c)** que a tese omitida seja fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderá conduzir à sua anulação ou reforma; **(d)** a inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente para manter o acórdão.

Tais requisitos são **cumulativos** e devem ser abordados de maneira fundamentada na petição recursal, sob pena de não se conhecer da alegação por deficiência de fundamentação, dada a generalidade dos argumentos apresentados.

**In casu, entendo presentes tais pressupostos a evidenciar a patente violação do art. 1.022, II, do CPC/2015.**

Isto porque, da análise do acórdão recorrido, verifica-se que, não obstante a alegação no bojo das razões de Apelação (fl. 206e) e nos Embargos de Declaração (fls. 296/298e), onde o recorrente insiste na ilegalidade da multa aplicada, diante da confusão entre TC e TAC, observo que o **Tribunal de origem não examinou tal alegação**, limitando-se a decidir que cabe ao PROCON examinar a abusividade das cláusulas contratuais.

Portanto, tendo ocorrido omissão acerca do exame de questão invocada

nas razões de Apelação, sendo inclusive opostos Aclaratórios na origem, apontando a referida omissão, furtando-se, o Tribunal de origem, mesmo assim, a se manifestar acerca do referido ponto, o qual possui relevância, somado à inexistência de outro fundamento autônomo, suficiente à manutenção do acórdão regional, **impõe-se acolher a preliminar de violação do art. 1.022, II, do CPC/2015**, para determinar o retorno dos autos para que seja sanada a omissão apontada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão exarado no julgamento dos Aclaratórios, a fim de que outro seja proferido em seu lugar, sanando as omissões apontadas.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

